



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CGDAM

NOTA n. 00397/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.207387/2017-13

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Senhor Consultor Jurídico Adjunto,

Trata-se de processo reencaminhado pela SECRETARIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE, FLORESTAS E DIREITOS ANIMAIS, por meio do DESPACHO N° 54732/2023-MMA (SEI 1407740), no qual informa que foram atendidas as recomendações do Parecer 260/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU (SEI 1342549), bem como a aprovação da Nota Técnica n° 798/2023-MMA (SEI 1318276) pelo Diretor do Departamento de Áreas Protegidas, conforme Despacho n° 34095/2023-MMA (SEI 1335180).

O processo trata da celebração de novo Acordo de Cooperação, a fim de permitir a continuidade do arranjo institucional construído entre o Estado do Maranhão (órgão gestor das Unidades de Conservação estaduais - OG) e o FUNBIO (Executor financeiro do Projeto), conforme plano de trabalho.

Primeiramente, cumpre destacar a desnecessidade de retorno dos autos para conferência do atendimento das recomendações desta Consultoria Jurídica constantes do Parecer 260/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU (SEI 1342549), conforme restou explicitado nos itens 25 e 26, senão vejamos:

Destaca-se, por fim, o disposto nos Enunciados de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União (BPC/AGU) n°04 e 05:

BPC n° 4/2016

A rubrica em minutas de editais, contratos, convênios ou congêneres é formalidade meramente indicativa das folhas efetivamente apreciadas, e não substitui a elaboração da manifestação consultiva destinada a seu exame e aprovação.

BCP n° 5/2016

Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.

Nesse sentido, não há necessidade de devolução dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise sobre o atendimento das recomendações do Parecer.

Assim sendo, é descabido o retorno dos autos para tal conferência, salvo quando existente dúvida jurídica específica acerca das orientações emanadas na manifestação jurídica.

No caso em análise, apenas a título de colaboração, informa-se que somente foi cumprida a recomendação do item 11 do Parecer n° 260/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU (SEI 1342549), com a juntada das manifestações jurídicas dos demais partícipes.

Todavia, não foi juntada manifestação técnica que ateste o atendimento dos itens 17 e 21, bem como, a Nota Técnica n° 798/2023-MMA (SEI 1318276) não foi aprovada pela autoridade máxima da Secretaria, qual seja, a Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais.

Ante o exposto, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, para conhecimento e atendimento das recomendações do Parecer n° 260/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU, reiterando-se a desnecessidade de retorno dos autos a esta Consultoria Jurídica para conferência do seu cumprimento, salvo quando existente dúvida jurídica específica devidamente demonstrada.

À consideração superior.

Brasília, 08 de agosto de 2023.

RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Aprovo a NOTA n. 00397/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU.
Brasília, data da assinatura eletrônica.

JÚLIO CÉSAR MELO BORGES
PROCURADOR FEDERAL
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000207387201713 e da chave de acesso a8308314



Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1247512858 e chave de acesso a8308314 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 14:55. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE-CONJUR

DESPACHO n. 01771/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.207387/2017-13

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ciente e de acordo com a **NOTA n. 00397/2023/CONJUR-MMA/CGU/AGU.**

Ao Apoio CONJUR/MMA, para o devido encaminhamento.

Brasília, 08 de agosto de 2023.

JÚLIO CÉSAR MELO BORGES
Procurador Federal
Consultor Jurídico Adjunto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000207387201713 e da chave de acesso a8308314



Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR MELO BORGES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1247659420 e chave de acesso a8308314 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR MELO BORGES. Data e Hora: 08-08-2023 16:20. Número de Série: 12302171797501903043992645044. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v5.
